

**FUNÇÕES EXECUTIVAS E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DE ALUNOS
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)**

**EXECUTIVE FUNCTIONS AND THE COGNITIVE AND SOCIAL DEVELOPMENT OF
STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-079>

Márcia Ferreira de Lima

Especialista em Neuropsicopedagoga clínica e institucional
Educa EAD

E-mail: marciaferreiradelima80@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1803452374333066>

Josana Sousa Fernandes

Especialista em Educação Especial e Inclusiva
IF Goiano - Morrinhos

E-mail: josanafernandes@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9505929704347620>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1240-2549>

Laís Alice Oliveira Santos

Doutora em Educação
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

E-mail: lais.santos@ifgoiano.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5021603348570433>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4226-486X>

Thelma Maria de Moura Bergamo

Doutora em Educação
Universidade Federal de Goiás - UFG

E-mail: thelma.moura@ifgoiano.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0108721244666715>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9532-2322>

Resumo

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, que objetiva analisar a relação entre as Funções Executivas, especialmente memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, e o desenvolvimento cognitivo e social de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), buscando compreender como essas habilidades influenciam o cotidiano escolar e identificar estratégias pedagógicas discutidas na literatura. O levantamento bibliográfico foi realizado na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), resultando em um corpus de seis artigos científicos selecionados conforme critérios previamente definidos. A análise identificou que alterações nas

Funções Executivas repercutem na aprendizagem, na autonomia, no comportamento e nas interações sociais dos estudantes com TEA. Os estudos também evidenciaram a relevância da formação continuada, do trabalho colaborativo, da organização das práticas pedagógicas e do uso de recursos tecnológicos. Conclui-se que compreender as Funções Executivas no contexto educacional contribui para o planejamento de práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos estudantes e favoreçam sua aprendizagem, participação e autonomia.

Palavras-chave: Aprendizagem; Educação Inclusiva; Funções Executivas; Práticas Pedagógicas; Transtorno do Espectro do Autismo.

Abstract

The study is characterized as a qualitative bibliographic research that aims to analyze the relationship between Executive Functions, particularly working memory, inhibitory control, and cognitive flexibility, and the cognitive and social development of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), seeking to understand how these abilities influence everyday school life and to identify pedagogical strategies discussed in the literature. The bibliographic search was conducted in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the CAPES Journal Portal, resulting in a corpus of six scientific articles selected according to previously defined criteria. The analysis identified that alterations in Executive Functions have repercussions on learning, autonomy, behavior, and social interactions of students with ASD. The studies also highlighted the relevance of continuing teacher education, collaborative work, the organization of pedagogical practices, and the use of technological resources. It is concluded that understanding Executive Functions in the educational context contributes to the planning of pedagogical practices that consider students' individual characteristics and foster their learning, participation, and autonomy.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Executive Functions; Inclusive Education; Learning; Pedagogical Practices.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é reconhecido como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades na comunicação social e pela presença de comportamentos restritos e repetitivos, que se manifestam de formas diversas em cada indivíduo, cujas características impactam, em diferentes níveis, o desenvolvimento cognitivo, social e comportamental. (APA, 2014; WHO, 2022).

Nas últimas décadas, o número de pessoas diagnosticadas com TEA tem aumentado de forma significativa em todo o mundo. Dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), divulgados em 2025, indicam que 1 em cada 31 crianças de 8 anos apresenta o transtorno. No contexto brasileiro, os dados preliminares do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), identificaram aproximadamente 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, correspondendo a 1,2% da população brasileira. Esses resultados representam o primeiro levantamento nacional sobre o diagnóstico de TEA, no entanto, cabe a ressalva de que a identificação reflete a ampliação dos critérios diagnósticos¹, à maior conscientização da sociedade e ao acesso mais facilitado aos serviços de saúde (Paiva Jr., 2025).

A ampliação do número de diagnósticos e o fortalecimento das políticas de educação inclusiva têm repercutido diretamente no aumento das matrículas de estudantes com TEA na educação básica brasileira, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2025), com base no Censo Escolar 2024, indicam um crescimento de 44,4% entre 2023 e 2024 de alunos com TEA matriculados na educação básica.

Mais do que números, esse crescimento revela a presença real de estudantes com trajetórias únicas, desafios próprios e inúmeras potencialidades. Logo, a escola evidencia a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, princípios defendidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e reafirmados pelo Decreto nº 12.686/2025² que institui a Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025). Não basta apenas prover o acesso, mas é preciso assegurar condições reais de permanência, pertencimento, participação e aprendizagem.

Nesse cenário, compreender os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) constitui um aspecto fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Entre esses processos, destacam-se as Funções Executivas, compreendidas como um conjunto de habilidades cognitivas responsáveis pelo planejamento, memória de trabalho, controle inibitório, flexibilidade cognitiva, monitoramento e autorregulação do comportamento (Diamond, 2013). Essas habilidades desempenham papel decisivo na organização das ações, na resolução de problemas, na adaptação a novas situações e na regulação das interações sociais, sendo consideradas

¹ No DSM-IV-TR (APA, 2002), o autismo era classificado entre os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, incluindo categorias distintas, como Transtorno Autista, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação (TGD-SOE). Com a publicação do DSM-5 (APA, 2014), essas categorias foram reunidas sob a denominação única de Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo-se um continuum de manifestações clínicas com diferentes níveis de suporte, o que contribuiu para ampliar a identificação de indivíduos anteriormente enquadrados em diagnósticos distintos.

² Com alterações do Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025.

preditoras importantes do desempenho acadêmico e do desenvolvimento socioemocional (Diamond, 2013; Núcleo Ciência Pela Infância – NCPI, 2016).

Com relação a pessoas com TEA, pesquisas apontam que alterações nas Funções Executivas figuram entre as características frequentemente associadas ao transtorno, repercutindo diretamente na aprendizagem, na participação escolar e nas relações sociais dos estudantes (APA, 2014; Diamond, 2013; Elias; Paulino, 2022). As diferenças no funcionamento executivo relacionadas à memória de trabalho, ao controle inibitório e à flexibilidade cognitiva podem comprometer a organização das atividades escolares, a manutenção da atenção, a adaptação às mudanças de rotina e o desenvolvimento da autonomia, exigindo da escola estratégias pedagógicas planejadas de modo específico aos alunos. Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender como a literatura tem discutido a relação entre as Funções Executivas e o desenvolvimento cognitivo e social de estudantes com TEA, de modo a subsidiar práticas educacionais que favoreçam sua aprendizagem e inclusão.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a relação entre as Funções Executivas, especialmente a memória de trabalho, o controle inibitório e a flexibilidade cognitiva e o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo, buscando compreender como essas habilidades influenciam o cotidiano escolar. Como objetivo específico buscamos identificar, na literatura científica, estratégias pedagógicas que contribuam para uma aprendizagem mais significativa e para a contribuir com a construção de uma educação mais inclusiva.

Para alcançar o objetivo delimitado, realizou-se pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada na análise de produções científicas indexadas na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), selecionadas a partir de critérios previamente definidos que são discriminados na sessão três deste artigo que esclarece ao leitor como a metodologia da pesquisa foi realizada. Esta sessão sucede a discussão sobre a definição de TEA, entre o esclarecimento de características que são previstas como essenciais para a realização de um diagnóstico do transtorno, sem nos limitar a uma definição médica, e a apresentação de uma perspectiva histórica sobre o transtorno até adentrarmos na relação do TEA e as funções executivas. Na sessão da discussão e resultados da pesquisa os estudos evidenciam essa relação no contexto escolar, apresentando as estratégias pedagógicas que possam contribuir para a promoção da aprendizagem, da autonomia e da inclusão que foram encontradas na pesquisa bibliográfica.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO E FUNÇÕES EXECUTIVAS: APROXIMAÇÕES COM O CONTEXTO EDUCACIONAL

Ao longo da história, a compreensão do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) passou por importantes transformações, saindo de uma perspectiva estritamente médica para uma abordagem mais

ampla, que considera aspectos sociais, educacionais e do desenvolvimento humano. No início do século XX, o autismo era frequentemente associado a outras condições psiquiátricas, como esquizofrenia infantil, o que resultava em interpretações imprecisas acerca de suas características e necessidades específicas (Kanner, 1943; Tamanaha; Perissinoto; Chiari, 2008; Borges; Werner, 2018). A partir dos estudos de Kanner (1943) o autismo passou a ser reconhecido como uma condição clínica específica, marcada por dificuldades na interação social, na comunicação e pela presença de comportamentos repetitivos.

Com a evolução dos manuais diagnósticos, como o DSM-III (1980), o autismo foi classificado como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (Klin, 2006). Já no DSM-5 (2013), consolidou-se a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo a diversidade de manifestações dentro de um mesmo espectro, caracterizado principalmente por prejuízos na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2014). O avanço das pesquisas em Neurociências, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Especial contribuiu para que o autismo passasse a ser compreendido como um transtorno do neurodesenvolvimento, com bases neurobiológicas e manifestações diversas (Klin, 2006; Bosa, 2006; Borges; Werner, 2018). Essa mudança representou importante ruptura com concepções patologizantes anteriormente difundidas e possibilitou compreender que as características apresentadas pelas pessoas com TEA variam significativamente quanto à intensidade, às formas de manifestação e às necessidades de apoio.

No entanto, limitar a compreensão do TEA apenas à perspectiva diagnóstica é insuficiente, especialmente no contexto educacional. Dessa forma, torna-se fundamental compreender como ocorre o processo de aprendizagem desses estudantes, considerando tanto as características do TEA quanto os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Nesse contexto, destacam-se as Funções Executivas (FE).

As Funções Executivas correspondem a um conjunto de habilidades cognitivas de alta complexidade responsáveis pela coordenação de processos como planejamento, memória de trabalho, controle inibitório, flexibilidade cognitiva, monitoramento e tomada de decisões (Diamond, 2013; NCPI, 2016). Como destaca Diamond (2013, p. 136), Essas habilidades permitem “manter a atenção, planejar, resistir a impulsos e adaptar-se a novas situações”, assim como organizar o comportamento em função de metas, regular emoções, resolver problemas e adaptar-se às diferentes demandas impostas pelos contextos sociais e escolares (Zelazo; Carlson, 2012). No campo educacional, seu desenvolvimento relaciona-se diretamente à aprendizagem, à autonomia e à autorregulação dos estudantes (NCPI, 2016).

Sob a perspectiva educacional, compreender as Funções Executivas significa reconhecer que o desempenho escolar não depende exclusivamente da aquisição de conteúdos, mas também do desenvolvimento de processos cognitivos que permitem ao estudante planejar ações, controlar impulsos, organizar informações e monitorar a própria aprendizagem. Nessa direção, a atuação docente assume papel

fundamental na criação de ambientes pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento dessas habilidades por meio da mediação, da organização das atividades e da utilização de estratégias compatíveis com as necessidades dos estudantes (Mendes, 2010; Elias; Paulino, 2022).

Em estudantes com TEA, alterações no funcionamento executivo podem repercutir em diferentes situações do cotidiano escolar. Limitações na memória de trabalho podem dificultar o acompanhamento de instruções compostas; dificuldades relacionadas ao controle inibitório podem comprometer a manutenção da atenção em ambientes com múltiplos estímulos; enquanto alterações na flexibilidade cognitiva podem tornar mais desafiadora a adaptação às mudanças de rotina e às novas demandas de aprendizagem (Diamond, 2013; NCPI, 2016; Elias; Paulino, 2022).

Diante desse contexto, compreender essas especificidades implica repensar o papel do professor como um transmissor de conteúdos para exercer o papel central na mediação do processo educativo que considere as especificidades dos alunos. O ambiente escolar deixa de ser compreendido apenas um espaço de transmissão de conteúdos passa a constituir um contexto de desenvolvimento, no qual práticas pedagógicas planejadas, colaborativas e inclusivas favorecem a participação e a aprendizagem dos estudantes com TEA. Nesse contexto, práticas inclusivas não se limitam a ajustes pontuais, mas envolvem a construção de um ambiente com previsibilidade, organização e suporte individualizado (Elias; Paulino, 2022).

Dessa forma, compreender a relação entre as Funções Executivas e o processo de escolarização de estudantes com TEA permite ampliar o olhar sobre as possibilidades de intervenção pedagógica, deslocando a atenção das limitações individuais para a construção de estratégias educacionais que favoreçam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento desses estudantes no contexto da educação inclusiva. (NCPI, 2016).

Por fim, este referencial teórico sugere unir a evolução histórica do conceito de autismo, suas características segundo a literatura científica e o papel das Funções Executivas no contexto educacional. Ao deslocar o olhar de uma perspectiva exclusivamente médica para uma abordagem educacional, busca-se compreender não apenas o que caracteriza o TEA, mas, principalmente, como a escola pode atuar diante dessas características. Assim, pensar no ambiente escolar como espaço de mediação, apoio e desenvolvimento é fundamental para promover a inclusão, a autonomia e o sucesso acadêmico dos estudantes com TEA.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio da análise e interpretação de produções científicas acerca da relação entre as Funções Executivas e o Transtorno do Espectro do Autismo no contexto educacional. Conforme Gil (2019),

a pesquisa bibliográfica possibilita a construção do conhecimento a partir da análise crítica da produção científica já publicada, permitindo identificar diferentes perspectivas teóricas sobre determinado fenômeno. Da mesma forma, Lima e Miotto (2007) destacam que esse tipo de investigação ultrapassa o levantamento de referências, exigindo um processo sistemático de seleção, leitura, interpretação e síntese das informações produzidas pela literatura especializada.

Considerando esses pressupostos, a opção pela pesquisa bibliográfica mostrou-se adequada aos objetivos deste estudo, por possibilitar a análise das contribuições da literatura científica acerca das relações entre as Funções Executivas — especialmente memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva — e o desenvolvimento cognitivo e social de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo, bem como das estratégias pedagógicas discutidas no campo da Educação Especial e da Educação Inclusiva.

O levantamento bibliográfico foi realizado na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-se os descritores "Autismo" e "Transtorno do Espectro do Autismo" combinados por meio do operador booleano OR e o descritor "Funções Executivas", combinado pelo operador booleano AND. Foram considerados artigos publicados entre 2018 e 2025, redigidos em língua portuguesa e relacionados ao campo da Educação ou áreas afins. Excluíram-se estudos em língua estrangeira, pesquisas estritamente clínicas ou diagnósticas e trabalhos que não estabeleciam relação direta entre as Funções Executivas e o contexto educacional.

Na SciELO, a busca foi realizada utilizando os descritores "TEA" OR "Autismo" AND "Alunos", resultando inicialmente em 32 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e textos completos dos estudos potencialmente elegíveis, sendo quatro artigos considerados pertinentes aos objetivos da pesquisa. Durante a análise detalhada, verificou-se que dois desses estudos apresentavam objetivos, metodologia e resultados bastante semelhantes. Considerando que um deles privilegiava uma abordagem ecológica, sem contribuir diretamente para o foco deste estudo, optou-se por sua exclusão. Assim, três artigos, publicados entre 2022 e 2024, compuseram o corpus final de análise proveniente da base SciELO.

No Portal da CAPES, a busca foi realizada utilizando os descritores "TEA" OR "Autismo" AND "Funções Executivas", resultando inicialmente em 20 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, permaneceram quatro estudos para leitura na íntegra. A análise do conteúdo evidenciou que um deles abordava predominantemente aspectos diagnósticos, sem estabelecer relação direta entre as Funções Executivas e o contexto educacional, motivo pelo qual foi excluído. Dessa forma, três artigos provenientes dessa base integraram o corpus da pesquisa.

Ao final do processo de seleção, o *corpus* analítico foi constituído por seis artigos científicos, sendo três provenientes da SciELO e três do Portal de Periódicos da CAPES, os quais subsidiaram as análises e discussões apresentadas neste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As investigações analisadas neste artigo baseiam-se em pesquisas encontradas nas plataformas de Periódicos da CAPES e SciELO. Esses estudos revelam, como as especificidades do funcionamento das Funções Executivas (FE), especificamente, na memória de trabalho, no controle inibitório e na flexibilidade cognitiva, se relacionam com os desafios acadêmicos e sociais vivenciados por pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). As principais informações das pesquisas analisadas na seção deste capítulo estão organizadas na Tabela 1.

Tabela 1: Artigos analisados na pesquisa a partir do resultado das buscas em bancos de dados.			
Título	Autor(a)	Ano	Plataforma
Funções executivas e TEA: contextos educacionais e reflexões docentes.	Nascimento, Ingrid Carla Aldicéia Oliveira do; Braun, Patrícia	2024	Capes
Neurodiversidade na vida acadêmica de uma estudante de medicina com transtorno do espectro autista.	Santos, Laura Marques; Almeida, Lana Gabriely Jarina de; Souza, Julie Paiva; Macedo, Juliane; Arruda, Jalsi Tacon	2024	Scielo
Perfis comportamentais na perturbação do espectro do autismo e sua relação com o funcionamento executivo e empatia numa dimensão ecológica.	Brígido, Evelina; Rodrigues, Ana; Santos, Sofia	2023	Scielo
Ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista.	Santana, Milene Matos de; Almeida, Ricardo Santos de	2023	Capes
Desempenho em planejamento, flexibilidade e controle inibitório em crianças com e sem TEA: efeitos dos sintomas comórbidos de atenção e hiperatividade.	Fabre, Bárbara Dias; Lúcio, Patrícia Silva	2021	Scielo
AutiBots: jogo digital educativo para desenvolvimento cognitivo e motor de crianças com autismo.	Sampaio, Leandro Pereira; Pereira, Cláudia Pinto	2025	Capes

Fonte da tabela: Elaborado pelas autoras.

A análise dos estudos selecionados evidencia a centralidade das Funções Executivas no desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo, bem como a diversidade de abordagens metodológicas adotadas pelas pesquisas. Os seis artigos analisados contemplam estudos qualitativos, quantitativos, relatos de caso e pesquisas voltadas ao desenvolvimento de recursos pedagógicos, permitindo uma compreensão abrangente das relações entre as Funções Executivas e o contexto educacional. Para compreensão do leitor descrevemos as particularidades dos artigos analisados, para a posteriori adentrarmos nas análises.

O primeiro estudo, *Funções executivas e TEA: contextos educacionais e reflexões docentes* (Nascimento; Braun, 2024), constitui uma pesquisa qualitativa desenvolvida com professores da rede pública de ensino. Por meio de observações do contexto escolar, registros em diário de campo, entrevistas e questionários, as autoras buscaram compreender como as Funções Executivas se manifestam no cotidiano de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo nos anos iniciais da escolarização. Fundamentado nas contribuições de Luria e Vigotski (1988), o estudo evidencia que alterações na memória de trabalho, no controle inibitório e na flexibilidade cognitiva repercutem diretamente sobre o comportamento, a comunicação e a aprendizagem dos estudantes, destacando ainda a formação continuada dos professores como elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

O segundo estudo, *Neurodiversidade na vida acadêmica de uma estudante de medicina com transtorno do espectro do autismo* (Santos et al., 2024), apresenta um relato de caso desenvolvido no contexto do ensino superior, especialmente em um curso estruturado na metodologia Problem-Based Learning (PBL). A pesquisa descreve a trajetória acadêmica de uma estudante com Transtorno do Espectro do Autismo, acompanhada por meio de avaliação neuropsicológica, registros institucionais, observações e acompanhamento clínico. Os resultados evidenciam que dificuldades relacionadas às Funções Executivas repercutem na organização das atividades acadêmicas, na comunicação oral, na interação social e na adaptação às exigências do curso, ressaltando a importância de adaptações curriculares, apoio institucional e estratégias individualizadas para favorecer sua permanência e participação no ambiente universitário.

O terceiro estudo, *Perfis comportamentais na perturbação do espectro do autismo e sua relação com o funcionamento executivo e empatia numa dimensão ecológica* (Brígido; Rodrigues; Santos, 2023), caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa que buscou compreender a relação entre diferentes perfis comportamentais de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo, o funcionamento das Funções Executivas e a empatia, considerando uma perspectiva ecológica de análise. A investigação foi realizada com 75 crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo, distribuídas em dois grupos conforme a frequência de comportamentos característicos do transtorno. Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos padronizados destinados à avaliação dos perfis comportamentais, das Funções Executivas e da empatia, sendo os resultados analisados por meio de procedimentos estatísticos de correlação e regressão linear múltipla. Os achados evidenciaram que alterações na memória de trabalho, no controle inibitório e na flexibilidade cognitiva constituem importantes preditores dos comportamentos característicos do transtorno, repercutindo tanto na comunicação social quanto na presença de comportamentos restritos e repetitivos. O estudo destaca, ainda, a importância de intervenções individualizadas, considerando as especificidades do funcionamento executivo de cada estudante, de modo a favorecer seu desenvolvimento cognitivo, social e educacional.

No estudo *Ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista* (Santana; Almeida, 2023), as autoras desenvolveram uma pesquisa qualitativa fundamentada em revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e estudos de caso envolvendo professores da classe comum, docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais de apoio e integrantes do Núcleo de Educação Especial. Os resultados demonstram que o trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais favorece a organização das práticas pedagógicas, a participação dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades relacionadas às Funções Executivas, evidenciando a relevância do planejamento compartilhado, que pode ser concretizado na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) para promover o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA.

O quinto estudo, *Desempenho em planejamento, flexibilidade e controle inibitório em crianças com e sem TEA* (Fabre; Lúcio, 2021), caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa comparativa entre crianças com e sem o transtorno. Por meio da aplicação de instrumentos neuropsicológicos específicos, as autoras analisaram habilidades relacionadas ao planejamento, à flexibilidade cognitiva e ao controle inibitório, considerando também a presença de comorbidades, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Os resultados evidenciaram desempenho inferior do grupo com TEA, sobretudo nas habilidades de planejamento e flexibilidade cognitiva, indicando que as comorbidades podem potencializar essas dificuldades.

Por fim, o estudo *AutiBots: jogo digital educativo para desenvolvimento cognitivo e motor de crianças com autismo* (Sampaio; Pereira, 2025) apresenta uma proposta voltada ao uso de recursos tecnológicos como estratégia para estimular o desenvolvimento das Funções Executivas em crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. O estudo teve como objetivo desenvolver e analisar um jogo digital educativo, fundamentado em revisão bibliográfica e no desenvolvimento tecnológico, considerando princípios de acessibilidade e pressupostos da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Planejado para dispositivos móveis, o jogo propõe desafios e atividades lúdicas que estimulam habilidades relacionadas à atenção, memória de trabalho, resolução de problemas, coordenação motora e raciocínio lógico, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças.

Os resultados apresentados pelos autores evidenciam que o uso de recursos digitais interativos contribui para ampliar o engajamento, a autonomia e o tempo de permanência dos estudantes nas atividades propostas, além de favorecer aspectos relacionados à organização do comportamento e ao desenvolvimento das Funções Executivas. O estudo destaca, ainda, que tecnologias educacionais, quando planejadas e mediadas por professores, familiares e outros profissionais, podem constituir importantes recursos pedagógicos para promover a comunicação, a interação social e a participação de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo no contexto escolar.

A partir da análise dos Artigos 1 e 4, identificamos uma importante aproximação entre os estudos, sobretudo ao destacarem a formação continuada de professores e o trabalho colaborativo como elementos essenciais para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Ambos evidenciam que a articulação entre o professor da classe comum e os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) amplia as possibilidades de planejamento, acompanhamento e avaliação dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), favorecendo intervenções mais intencionais, flexíveis e sensíveis às necessidades educacionais de cada aluno.

Ao retomarmos nosso problema de pesquisa, compreendemos que alterações nas Funções Executivas, especialmente na memória de trabalho, no controle inibitório e na flexibilidade cognitiva, repercutem diretamente sobre comportamentos fundamentais para a aprendizagem, a convivência social e o desempenho acadêmico. Nesse sentido, como destacam Nascimento e Braun (2024, p. 4-5), “é necessário que os sujeitos consigam, além de armazenar informações, evocá-las e manipulá-las sempre que for necessário para desempenhar uma tarefa; e consigam também desenvolver habilidades de controle atencional e autorregulação”, evidenciando o papel estruturante das Funções Executivas no processo de aprendizagem.

Embora os estudos analisados não descrevam, de forma sistematizada, estratégias pedagógicas voltadas ao desenvolvimento das Funções Executivas, eles apontam caminhos importantes para a prática docente, especialmente por meio do ensino colaborativo. Compreendido como uma proposta de atuação compartilhada entre o professor da classe comum e o professor da Educação Especial, o ensino colaborativo pressupõe planejamento conjunto, corresponsabilização pelo processo de ensino e aprendizagem, definição compartilhada de estratégias pedagógicas e acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes (Mendes, 2010; Baptista, 2011). Nessa perspectiva, a colaboração entre os profissionais favorece a implementação de ações intencionais, como a antecipação de rotinas, a organização das atividades em etapas menores, o uso de recursos visuais e a flexibilização de estratégias de ensino, possibilitando melhores condições para o desenvolvimento das Funções Executivas no contexto escolar.

Corroborando essa compreensão, Santana e Almeida (2023) destacam que a docência compartilhada ultrapassa a simples organização do ambiente de aprendizagem, constituindo-se em uma prática pedagógica que favorece o desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico dos estudantes. Mais do que dividir responsabilidades, essa forma de organização do trabalho pedagógico amplia as possibilidades de mediação da aprendizagem, de acompanhamento individualizado e de construção de respostas educacionais mais adequadas às necessidades dos estudantes com TEA.

Assim, a análise conjunta desses estudos evidencia que a promoção da aprendizagem e da participação dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo depende não apenas do reconhecimento das especificidades relacionadas às Funções Executivas, mas também da capacidade da

escola em organizar práticas pedagógicas colaborativas. Nessa direção, a formação continuada dos professores e o fortalecimento do trabalho coletivo constituem condições fundamentais para favorecer a autonomia, a participação e o desenvolvimento dos estudantes, reafirmando que a inclusão escolar se concretiza por meio de processos permanentes de planejamento, reflexão e construção compartilhada das práticas educativas.

Os Artigos 2 e 3 apresentam contribuições que se complementam ao ampliarem a compreensão das repercussões das Funções Executivas para além do desempenho acadêmico, evidenciando seus impactos sobre a participação social, a comunicação e a adaptação aos diferentes contextos de vida. O Artigo 2 aproxima o leitor da realidade do ensino superior ao apresentar a experiência de uma estudante com Transtorno do Espectro do Autismo, evidenciando a importância de adaptações individualizadas para garantir sua permanência e participação acadêmica (Santos et al., 2024). Nesse contexto, algumas dessas adaptações “se mostraram eficientes para evitar suas crises de pânico” (Santos et al., 2024, p. 7), reforçando que a permanência desses estudantes não depende exclusivamente do acesso à instituição, mas da construção de condições pedagógicas que considerem suas formas de aprender e participar da vida universitária.

Além disso, conforme evidenciado pelos autores, “essa estudante manifesta [...] alterações qualitativas em funções executivas e crises paroxísticas de ansiedade em situações de exposição social, principalmente no ambiente acadêmico” (Santos et al., 2024, p. 5), demonstrando que dificuldades relacionadas à organização, ao planejamento, à flexibilidade cognitiva e à regulação emocional repercutem diretamente sobre sua trajetória acadêmica. Embora o estudo não desenvolva uma discussão conceitual aprofundada sobre as Funções Executivas, evidencia que essas habilidades atravessam diferentes dimensões da experiência universitária. Como afirmam os autores, “há dificuldades associadas à organização, planejamento, flexibilidade e regulação emocional, que impactam sua participação [...] na vida acadêmica” (Santos et al., 2024, p. 5). Sob a perspectiva da Educação Inclusiva, tais resultados reforçam que a permanência dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo exige a construção de ambientes acessíveis, práticas pedagógicas flexíveis e apoios individualizados, deslocando o foco das limitações individuais para a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação (Mendes, 2010; Pletsch, 2014).

Por outro lado, o Artigo 3 amplia essa discussão ao estabelecer uma relação mais direta entre as Funções Executivas e os perfis comportamentais no Transtorno do Espectro do Autismo. Como apontam Brígido, Rodrigues e Santos (2023), “as crianças com maior frequência de comportamentos típicos da PEA apresentam maiores défices nas funções executivas, com correlações positivas entre as diferentes FE e os domínios e subdomínios da PEA” (p. 11), evidenciando que alterações na memória de trabalho, no controle inibitório e na flexibilidade cognitiva repercutem sobre a comunicação social, a adaptação às mudanças e os comportamentos restritos e repetitivos.

Nesse sentido, o estudo contribui para tornar mais explícita a relação entre as Funções Executivas e as demandas vivenciadas por estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo, ainda que permaneça predominantemente ancorado em uma perspectiva neurocognitiva e comportamental. Diferentemente do Artigo 2, observa-se um esforço maior em compreender como memória de trabalho, flexibilidade cognitiva, controle inibitório e regulação emocional se articulam aos perfis comportamentais característicos do transtorno. Entretanto, identifica-se uma lacuna quanto às implicações pedagógicas desses resultados, especialmente no que se refere às possibilidades de mediação docente e às estratégias que favoreçam o desenvolvimento dessas habilidades no contexto escolar. Como defendem Vigotski (1997) e Elias e Paulino (2022), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre nas interações sociais e pode ser favorecido pela mediação pedagógica, indicando que a escola ocupa papel fundamental nesse processo.

O Artigo 5 amplia essa compreensão ao comparar o desempenho de crianças com e sem Transtorno do Espectro do Autismo, demonstrando que dificuldades relacionadas às Funções Executivas são mais acentuadas entre os estudantes com o transtorno, especialmente nas habilidades de planejamento e flexibilidade cognitiva (Fabre; Lúcio, 2021). Nesse sentido, Fabre e Lúcio (2021, p. 2) afirmam que “as crianças com TEA parecem apresentar prejuízos gerais das funções executivas e, mais especificamente, em flexibilidade e planejamento”, evidenciando impactos importantes sobre o desenvolvimento cognitivo. O estudo demonstra, ainda, que a presença de comorbidades, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), pode potencializar essas dificuldades, reforçando a necessidade de avaliações educacionais e intervenções pedagógicas que considerem as singularidades de cada estudante, evitando generalizações acerca do funcionamento do Transtorno do Espectro do Autismo.

Por sua vez, o Artigo 6 apresenta uma perspectiva inovadora ao investigar o uso de tecnologias digitais como recurso para o desenvolvimento das Funções Executivas. Conforme destacam Sampaio e Pereira (2025, p. 1),

[...] o jogador auxilia os robôs a percorrerem caminhos com diferentes desafios e obstáculos, estimulando a coordenação motora fina, direção e lateralidade, percepção visual, linguagem verbal e não verbal, raciocínio lógico e funções executivas (memória de trabalho ou operacional, solução de problemas e atenção).

Os resultados indicam que o uso de recursos tecnológicos favorece a redução da dispersão, o aumento da atenção, da motivação, da autonomia e do tempo de permanência dos estudantes nas atividades propostas (Sampaio; Pereira, 2025). Tais achados corroboram estudos que apontam o potencial das tecnologias assistivas e digitais como instrumentos capazes de ampliar as possibilidades de participação, comunicação e aprendizagem de estudantes público da Educação Especial, desde que utilizadas de forma intencional e articuladas aos objetivos pedagógicos (Galvão Filho, 2009; Bersch, 2017).

Em conjunto, os estudos analisados evidenciam que, embora adotem diferentes delineamentos metodológicos e enfoques de investigação, convergem ao reconhecer a relevância das Funções Executivas para o desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo. Ao mesmo tempo, revelam que parte significativa da produção científica ainda privilegia a descrição das características neurocognitivas desses estudantes, dedicando menor atenção às possibilidades de intervenção pedagógica e à organização do trabalho escolar.

Nessa perspectiva, os resultados desta pesquisa permitem responder ao objetivo proposto ao evidenciar que memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva influenciam diretamente a aprendizagem, a autonomia, o comportamento e as interações sociais dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo. Entretanto, tais habilidades não devem ser compreendidas como determinantes do desempenho escolar, mas como processos passíveis de desenvolvimento mediante práticas pedagógicas planejadas, mediações qualificadas e organização de ambientes de aprendizagem que favoreçam a participação ativa dos estudantes.

Os estudos analisados também evidenciam lacunas importantes na literatura, especialmente quanto à sistematização de estratégias pedagógicas voltadas ao desenvolvimento das Funções Executivas em diferentes etapas da escolarização. Embora a maior parte das pesquisas reconheça a importância dessas habilidades para o processo de aprendizagem, ainda são escassos os estudos que discutem, de forma aprofundada, como o professor pode favorecer seu desenvolvimento no cotidiano da sala de aula.

Nesse contexto, as estratégias identificadas ao longo das investigações analisadas, sintetizadas na Tabela 2, representam possibilidades pedagógicas recorrentes para favorecer o desenvolvimento das Funções Executivas no contexto escolar. Ainda que não constituam modelos prescritivos, elas evidenciam que a organização das práticas pedagógicas, a previsibilidade das rotinas, o uso de suportes visuais e a adaptação das atividades podem contribuir para ampliar a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo.

Tabela 2: Levantamento de estratégias pedagógicas relacionadas às Funções Executivas que foram retiradas das pesquisas analisadas.

Função Executiva	Autor(a)
Memória de trabalho	Instruções curtas+apoio visual
Controle inibitório	Regras claras+antecipação
Flexibilidade cognitiva	Mudanças graduais+rotina visual

Fonte da tabela: Elaborado pelas autoras.

A síntese apresentada na Tabela 2 evidencia que diferentes estratégias pedagógicas podem favorecer o desenvolvimento das Funções Executivas quando incorporadas de forma intencional ao planejamento docente. Mais do que recursos isolados, essas estratégias expressam uma concepção de ensino comprometida com a mediação da aprendizagem, com a eliminação de barreiras e com a valorização das

potencialidades dos estudantes. Assim, os resultados deste estudo reforçam que a promoção das Funções Executivas no contexto escolar depende da articulação entre conhecimentos científicos, planejamento pedagógico, trabalho colaborativo e formação continuada dos profissionais da educação, constituindo elementos fundamentais para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

5 CONCLUSÃO

Diante do objetivo de pesquisa que foi delimitado neste artigo, sobre analisar a relação entre as Funções Executivas (memória de trabalho, o controle inibitório e a flexibilidade cognitiva) e o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes com TEA compreendemos que as FE ocupam papel central no desenvolvimento acadêmico, social e comportamental de estudantes com TEA. Ao longo das bibliografias analisadas, foi possível perceber que habilidades como memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva influenciam diretamente não apenas a aprendizagem, mas também a forma como esses estudantes se comunicam, interagem, participam do ambiente escolar e percebem o mundo à sua volta, exigindo práticas pedagógicas mais intencionais, estruturadas e sensíveis às necessidades individuais. Nesse sentido, não se trata apenas de reconhecer as dificuldades, mas de pensar em caminhos possíveis que favoreçam o desenvolvimento e a autonomia desses estudantes.

Outro aspecto que se destacou foi a importância do trabalho colaborativo entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), família e demais envolvidos no processo educativo. Os estudos evidenciam que a construção de práticas inclusivas não acontece de forma isolada, mas sim a partir da atuação conjunta, que possibilita um olhar mais amplo e humano sobre o estudante com TEA e consequentemente a sua família.

A formação continuada de professores se mostra como um elemento essencial nesse processo, pois contribui para ampliar o repertório de estratégias pedagógicas e fortalecer a segurança do profissional da educação diante dos desafios da inclusão. Assim, quanto mais preparado o professor estiver, maiores serão as possibilidades de promover intervenções significativas no desenvolvimento das funções executivas, já que cada aluno possui as suas peculiaridades e desafios.

Também se destacam o uso das tecnologias digitais, que ampliam as possibilidades de ensino e tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico, interativo e acessível. Quando bem utilizadas, essas ferramentas podem favorecer o engajamento, a atenção, a autonomia e até mesmo a interação social dos estudantes, desenvolvendo assim áreas das funções executivas que são comprometidas, devido ao TEA.

É importante ressaltar que nem todos os estudos abordam as funções executivas na relação explícita com o contexto escolar, o que reforça a necessidade de mais pesquisas oriundas do campo educacional, especialmente voltadas para estratégias pedagógicas que possam contribuir com as reflexões do lidar com o processo de ensino aprendizagem de alunos com TEA no dia a dia da sala de aula.

Promover o desenvolvimento das funções executivas no contexto educacional não é uma tarefa simples nem imediata, é um processo contínuo, que exige planejamento, intencionalidade, sensibilidade e compromisso com a inclusão. Mais do que adaptar atividades, é necessário repensar práticas, reorganizar o ambiente escolar e, principalmente, reconhecer cada estudante em sua singularidade, promovendo assim a equidade e não a igualdade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TR**. Tradução de Cláudia Dornelles. 4. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. esp. 1, p. 59-76, 2011. DOI: 10.1590/S1413-65382011000400006.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva/Tecnologia da Educação, 2017. Disponível em: Repositório de Informação Acessível da UFRN. Acesso em: 8 set. 2026.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; WERNER, Andréa. Em busca do tempo perdido: a reviravolta das mães de autistas. In: BORGES, Adriana Araújo Pereira; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães (org.). **O aluno com autismo na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018. p. 13-31.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. S47-S53, 2006. DOI: 10.1590/S1516-44462006000500007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Com alterações do Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Disponível em: Decreto nº 12.686/2025 – texto atualizado. Acesso em: 8 set. 2026.

BRÍGIDO, Evelina; RODRIGUES, Ana; SANTOS, Sofia. Perfis comportamentais na perturbação do espectro do autismo e sua relação com o funcionamento executivo e empatia numa dimensão ecológica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 29, 2023. DOI: 10.1590/1980-54702023v29e0007.

DIAMOND, Adele. Executive functions. **Annual Review of Psychology**, v. 64, p. 135-168, 2013. DOI: 10.1146/annurev-psych-113011-143750.

ELIAS, Nassim Chamel; PAULINO, Vanessa Cristina. **Transtorno do espectro do autismo: contextos e práticas educacionais**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: EDESP-UFSCar – Transtorno do Espectro do Autismo. Acesso em: 8 set. 2026.

FABRE, Bárbara Dias; LÚCIO, Patrícia Silva. Desempenho em planejamento, flexibilidade e controle inibitório em crianças com e sem TEA: efeitos dos sintomas comórbidos de atenção e hiperatividade. **Interação em Psicologia**, v. 25, n. 3, 2021. DOI: 10.5380/riep.v25i3.70714.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva**: apropriação, demanda e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: Repositório Institucional da UFBA. Acesso em: 8 set. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 2, p. 217-250, 1943.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. S3-S11, 2006. DOI: 10.1590/S1516-44462006000500002.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. DOI: 10.1590/S1414-49802007000300004.

NASCIMENTO, Ingrid Carla Aldicéia Oliveira do; BRAUN, Patricia. Funções executivas e TEA: contextos educacionais e reflexões docentes. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 37, n. 1, 2024. DOI: 10.5902/1984686X87031.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Funções executivas e desenvolvimento na primeira infância**: habilidades necessárias para a autonomia. São Paulo: NCPI, 2016. Disponível em: Núcleo Ciência Pela Infância – publicação. Acesso em: 8 set. 2026.

PAIVA JR., Francisco. CDC aponta 1 em 31: prevalência de autismo nos EUA aumenta novamente; Brasil pode ter 6,9 milhões de autistas. **Canal Autismo**, 19 abr. 2025.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2014. 296 p.

SAMPAIO, Leandro Pereira; PEREIRA, Claudia Pinto. AntiBots: jogo digital educativo para desenvolvimento cognitivo e motor de crianças com autismo. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 33, p. 1-34, 2025. DOI: 10.5753/rbie.2025.3300.

SANTANA, Milene Matos de; ALMEIDA, Ricardo Santos de. Ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista. **Revista Interseção**, v. 5, n. 1, p. 54-79, 2023. DOI: 10.48178/intersecao.v5i1.523.

SANTOS, Laura Marques et al. Neurodiversidade na vida acadêmica de uma estudante de medicina com transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 30, e0182, 2024. DOI: 10.1590/1980-54702024v30e0182.

TAMANAHAN, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008. DOI: 10.1590/S1516-80342008000300015.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas V**: fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Autism**. Geneva: WHO, 2022.

ZELAZO, Philip David; CARLSON, Stephanie M. Hot and cool executive function in childhood and adolescence: development and plasticity. **Child Development Perspectives**, v. 6, n. 4, p. 354-360, 2012. DOI: 10.1111/j.1750-8606.2012.00246.x.